

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.822 - RS (2019/0063585-5)**

RECORRENTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO RIO GRANDE DO SUL  
ADVOGADOS : ROSANIE RODRIGUES RIVERO - RS040889  
RAQUEL ZORZI - RS066185  
LUCIANA JUNQUEIRA PEZZI - RS073561  
RECORRIDO : DROGARIA DELTA LTDA - EPP  
ADVOGADOS : LAURY ERNESTO KOCH - RS024065  
MARIANA PORTO KOCH E OUTRO(S) - RS073319

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, a Drogaria Delta Ltda ME ajuizou embargos à execução, em face do exequente, Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul, com valor da causa de R\$ 5.525,84, em dezembro de 2016 (fl. 14).

O Juízo de primeira instância julgou improcedentes os embargos, considerando que as infrações foram praticadas ao longo do exercício de 2006, aplicando-se o disposto no art. 15 da Resolução n. 258/1994, que fixava o prazo de 10 dias para interposição de recurso para o Conselho Federal de Farmácia. Assim, concluiu que o prazo recursal de 30 dias previsto na Lei n. 3.820/1960 não é aplicável ao caso, sob o fundamento de que é relativo a decisões que aplicam penalidades disciplinares.

Interposta apelação, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região deu provimento ao recurso, para anular os procedimentos administrativos, considerando que a redução do prazo recursal constituiu ofensa ao devido processo legal. O julgado recebeu a seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE RECONHECIDA. CERCEAMENTO DE DEFESA. RECURSO ADMINISTRATIVO. PRAZO. INVALIDAÇÃO DA CDA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL.

1. Devem ser considerados nulos os processos administrativos nos quais foi obstaculizado, mediante a redução do prazo para interposição de recurso, o exercício pleno do direito de defesa, violando o devido processo legal.

2. A Resolução nº 258/94, ao fixar prazo de 10 dias para recurso administrativo, alterou e inovou o regramento específico contido na Lei n.º 3.820/60, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia e prevê o prazo de 30 dias para a interposição de recurso (art. 30, §2º).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o

# *Superior Tribunal de Justiça*

Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul interpôs o presente recurso especial.

Sustentou a ofensa ao art. 30, §2º, da Lei n. 3.820/1960, sob a tese de que tal dispositivo não se aplica ao processo administrativo objeto do recurso, uma vez que tem incidência restrita às infrações disciplinares, ou seja, está dentro do campo ético. Aduziu, ademais, que é aplicável aos demais processos administrativos, ou seja, aqueles que não se referem a penalidades disciplinares, o disposto no art. 15 da Resolução n. 258/2004, considerando que este dispositivo observa, no tocante a procedimentos e prazos, as disposições da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

É o relatório. Decido.

O recurso especial não comporta seguimento.

Acerca da controvérsia, assim se manifestou o Tribunal de origem:

Desse modo, o prazo recursal é de 30 (trinta) dias, ao contrário do quanto constou das notificações embasadas na Resolução n. 258/94, que pretende fixar o prazo de 10 (dez) dias, extrapolando o seu âmbito de atuação (Evento 18 – PROCADM2 a PROCADM5).

Assim, devem ser considerados nulos os processos administrativos nos quais foi obstaculizado, mediante a redução do prazo para interposição de recurso, o exercício pleno do direito de defesa, violando o devido processo legal.

Consequentemente, tenho que os títulos carregam inconstitucionalidade surgida no procedimento fiscal, pois houve afronta à garantia prevista na CF, art. 5º, LV. (fl. 195)

Não obstante o recorrente aponte ofensa a preceito de lei federal para fundamentar seu inconformismo, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a causa, com base em fundamento constitucional suficiente, de modo que é inviável a apreciação da matéria em Recurso Especial, sob pena de usurpação de competência do STF.

Ademais, o exame da irresignação recursal exigiria a apreciação de norma infralegal - Resolução -, cuja análise é inviável em sede de Recurso Especial, porquanto não se insere no conceito de lei federal, a que se refere o art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Em idêntico sentido, inclusive envolvendo o Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, são as seguintes decisões monocráticas: REsp 1819241, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Dje 01/07/2019; REsp 1810632, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Dje 23/05/2019; REsp 1777470, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA; Dje 26/11/2018.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

